

ESTADO E NEOLIBERALISMO NO BRASIL: IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS SOCIAIS NOS ANOS DE 1990

THE STATE AND NEO-LIBERALISM: CONSEQUENCES FOR SOCIAL POLICIES IN THE 1990S

Adriane Baglioli Brun

Assistente Social, Mestre em Educação, Professora do Curso de Serviço Social do Centro Universitário UNINTER, pesquisadora do GETFS/UNINTER, Escola Superior de Saúde, Biociências, Meio Ambiente e Humanidades/Centro Universitário – UNINTER
(adriane.b@uninter.com)

Ana Carolina Vidigal

Assistente Social, Doutora em Políticas Públicas. Professora do Curso de Serviço Social do Centro Universitário UNINTER, pesquisadora do GETFS/UNINTER, Escola Superior de Saúde, Biociências, Meio Ambiente e Humanidades/Centro Universitário-UNINTER
(ana.vi@uninter.com)

Rafael Garcia Carmona

Assistente Social, Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG, Professor do Curso de Serviço Social do Centro Universitário UNINTER, pesquisadora do GETFS/UNINTER, Escola Superior de Saúde, Biociências, Meio Ambiente e Humanidades/Centro Universitário-UNINTER
(rafael.ca@uninter.com)

RESUMO

Este trabalho apresenta discussão teórica acerca do neoliberalismo no Brasil nos anos de 1990 e suas implicações nas políticas sociais. O objetivo do texto versa a problematização sobre a relação entre a política econômica e social e as transformações no campo da proteção social, ocorridas no período em questão. A partir de pesquisas bibliográficas busca-se a compreensão dos elementos históricos e constitutivos da organização do Estado Brasileiro sob a égide neoliberal. O trabalho está dividido em duas seções, na primeira apresenta aproximação com o neoliberalismo e sua concepção, na sequência problematizamos a sua entrada no Brasil e o as conexões que se realiza a partir do capitalismo tardio existente no território nacional e por último analisamos os impactos nas políticas sociais. Assim, é preciso superar a visão ingênua de que, no capitalismo as políticas sociais emergem como um instrumento de enfrentamento e redução das desigualdades sociais.

Palavras-chaves: Neoliberalismo, Políticas Sociais, Estado, Cidadania.

ABSTRACT

The following paper presents a theoretical discussion about neo-liberalism in Brazil in the 1990s and its implications on social policies. The objective of the text is the problematization of the relationship between economic and social policy and the transformations in social protection that occurred during such period. Based on a bibliographical research, it sought the understanding of the historical and constitutive elements of the organization of the Brazilian State under the neo-liberal aegis. The study is divided in two sections, the first presents an approach to neo-liberalism and its conception, in the sequence the author problematizes the introduction neo-liberalism in Brazil and the connections that is made from the late capitalism existing in the country and finally the author analyzes the impacts in social politics. Thus, it is

necessary to overcome the naive view that, in capitalism, social policies emerge as an instrument of confrontation and reduction of social inequalities.

Keywords: Neo-liberalism, Social Policies, State, Citizenship.

INTRODUÇÃO

Este artigo integra o projeto de pesquisa intitulado “Neoliberalismo ou Neoconservadorismo: análise da Política da Assistência Social nos Governos Lula e Dilma” vinculado ao Centro Universitário Uninter. Neste sentido, para este trabalho buscamos realizar aproximação acerca do neoliberalismo no contexto dos anos de 1990.

A construção do trabalho se deu através de pesquisas bibliográficas, cujo objetivo é subsidiar discussão posterior, de análise da implementação da política da assistência social nos governos Lula e Dilma. Para isso, partimos do pressuposto que a compreensão do elemento histórico é essencial para desvelar não somente os governos petista mas também a direção atual que a política de assistência social toma no governo Temer. Por isso, nestes escritos nos deteremos na tônica trazida pela política econômica a política social no período dos anos de 1990.

O trabalho está dividido em duas seções, na primeira versa sobre uma aproximação com o neoliberalismo e sua concepção, na sequência problematizamos a sua entrada no Brasil e o as conexões que se realiza a partir do capitalismo tardio existente no território nacional e por último analisamos os impactos nas políticas sociais.

NEOLIBERALISMO: DO SURGIMENTO A CONSOLIDAÇÃO

É essencialmente a partir do esgotamento do chamado Welfare State, que se identifica uma perspectiva de ruptura entre o pacto entre capital, trabalho e Estado, que permeou a chamada “era de ouro”, datada entre 1945 e os anos de 1970.

As críticas tinham como foco o modelo desenvolvimentismo e a intervenção do Estado, na implementação das políticas sociais e no poder que as associações de trabalhadores possuíam para pressionar o Estado.

Neste sentido, se observava a retomada das ideias e reformas liberais, que mais tarde foram denominadas de neoliberalismo, tais prerrogativas buscavam de maneira predominante estimular a livre concorrência, aumentar a produtividade e acelerar o crescimento econômico.

Para Mandel (1982), o capitalismo segundo pressuposto de marxiano, possui ciclos de expansão e estagnação, o que é visível ao se analisar a história econômica do mundo, já que não existem tendências de equilíbrio no capitalismo, seu desenvolvimento se dá de forma desigual e combinada. Exemplo desta faceta oscilante do capital foram os anos que se seguiram pós-1945 e seus sinais de esgotamento para partir da segunda metade da década da de 1960.

Este período ficou conhecido como a “era de ouro”, e foram caracterizados por políticas de reestruturação econômica, política e social pós crise de 1929 – período liberal - e contou com o modelo Keynesiano como base para seu desenvolvimento. Através de um maior intervencionismo estatal, produção fordista e desenvolvimento de acumulação prévia de capital devido à economia de guerra e a ascensão do fascismo o capitalismo chegou a seus anos de ouro, ou seja, de significativa acumulação.

Durante este período se consolidou o Welfare State¹ para atender a população em situação de vulnerabilidade após o Crash da Bolsa de Valores em 1929, que segundo Behring e Boschetti (2007) se baseava em três pilares: responsabilidade estatal na manutenção das condições de vida dos cidadãos, universalidade dos serviços sociais e implantação de uma “rede de segurança” de serviços de assistência social, ocorrendo neste período um grande avanço na área das políticas sociais.

Mas em fins dos anos 1960 houve um esgotamento da fase expansiva do capitalismo, isto é, uma crise clássica de superprodução, como caracteriza Behring e Boschetti (2007), que se intensificou devido o agravamento do problema do desemprego pela introdução de tecnologia de produção poupadora de mão de obra, a alta dos preços das matérias primas, a queda do volume mundial, e um poder de barganha razoável dos trabalhadores empregados, endividamento público, superprodução associada a

¹ Ver PEREIRA (2008), BEHRING; BOSCHETTI (2007), ESPING-ANDERSEN (1990).

superacumulação, reduzidos índices de crescimento com altas taxas de inflação, levaram a economia a estagnação.

Esta estagnação estabelece uma nova condição para a implementação das políticas sociais. Com a crise cai por terra o discurso de que esta crise do capital seria solucionada e controlada através de medidas keynesianas.

O novo período pós-1970, marca o avanço dos ideais neoliberais, os quais criticavam o Estado Social e o Welfare State que passam a serem vistos como empecilhos para o desenvolvimento do capital.

A formula neoliberal para sair da crise pode ser resumida em algumas proposições básicas: um Estado forte para romper o poder dos sindicatos e controlar a moeda; um Estado parco para os gastos sociais e regulamentações econômicas; a busca da estabilidade monetária como meta suprema; uma forte disciplina orçamentária, diga-se, contenção de gastos sociais e restauração de uma taxa natural de desemprego; uma reforma fiscal, diminuindo os impostos sobre os rendimentos mais altos e o desmonte dos direitos sociais, implicando a quebra da vinculação entre política social e esses direitos, que compunha o pacto político do período anterior (ANDERSEN, 1995).

Para os neoliberais, a proteção social garantida pelo Estado Social, por meio de políticas redistributivas, é perniciosa para o desenvolvimento econômico, pois aumenta o consumo e diminui a poupança da população (NAVARRO, 1998).

Para Anderson (1995), o neoliberalismo foi a reação teórica ao Estado intervencionista e de bem estar. Nesse sentido a ideologia neoliberal teve como base o texto produzido por Friedrich Hayek “O Caminho da Servidão” publicado em 1944. Serviu de bases teóricas e ideopolíticas para o ataque contra “qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política” (ANDERSON, 1995, p. 9). A intenção do autor era combater o keynesianismo e indicar outro tipo de capitalismo, o qual a centralidade do Estado fosse superada, com predomínio de liberdade econômica e política.

Os princípios básicos propostos por Hayek, e posteriormente idealizado na década de 1970 pelo economista Milton Friedman²:

- mínima participação estatal nos rumos da economia de um país;
- pouca intervenção do governo no mercado de trabalho;
- política de privatização de empresas estatais;
- livre circulação de capitais internacionais e ênfase na globalização;
- abertura da economia para a entrada de multinacionais;
- adoção de medidas contra o protecionismo econômico;
- desburocratização do estado: leis e regras econômicas mais simplificadas para facilitar o funcionamento das atividades econômicas;
- diminuição do tamanho do estado, tornando-o mais eficiente;
- posição contrária aos impostos e tributos excessivos;
- aumento da produção, como objetivo básico para atingir o desenvolvimento econômico;
- contra o controle de preços dos produtos e serviços por parte do estado, ou seja, a lei da oferta e demanda é suficiente para regular os preços;
- a base da economia deve ser formada por empresas privadas;
- defesa dos princípios econômicos do capitalismo (FRIEDMAN, 1985, p.98).

Desta forma, segundo Rocha e Faquin (2011) liberdade, flexibilização, redução, ajuste fiscal, reformas, reestruturação, privatização, abertura econômica, são alguns termos utilizados cotidianamente na conjuntura atual quando se referem às políticas de “desenvolvimento” econômico. Esses termos estão presentes em discursos e ações efetivadas mundialmente, demonstrando os lemas neoliberais.

A proposta colocada pelos neoliberais era que o Estado detivesse poder total sobre a economia, mantendo-se forte para romper com a força dos sindicatos e manifestações populares e, ainda, deveria diminuir bruscamente os gastos sociais para a obtenção da estabilidade monetária (FRIEDMAN, 1985).

Tais dilemas, só poderiam ser solucionados a partir da construção de um Estado forte e capaz de garantir à expansão do mercado e da livre economia, através da acumulação de capital, privatização, desregulamentação da economia, flexibilização trabalhista, ou seja, a reconstrução do mercado, e também da competição e do

² Milton Friedman, foi um dos mais destacados economistas do século XX e um dos mais influentes teóricos do liberalismo econômico. Principal apóstolo da Escola Monetarista e membro da Escola de Chicago, além de defensor do *laissez faire* e do mercado livre, Friedman foi conselheiro do governo chileno de Augusto Pinochet e muitas de suas ideias foram aplicadas na primeira fase do governo Nixon e em boa parte do governo Reagan (ENCYCLOPEDIA, 2011).

individualismo, assim “por último, seria preciso combater o igualitarismo, pois a desigualdade é o motor da iniciativa pessoal e da competição entre os indivíduos no mercado” (LAURELL, 2002, p. 162).

A reestruturação produtiva, as mudanças na organização do trabalho e a hegemonia neoliberal, ocasionaram importantes reconfigurações nas políticas sociais, apontando para a direção de políticas restritivas, seletistas, focalistas e privatizadas. A respeito dos impactos destes preceitos neoliberais na política econômica e social brasileira, trataremos no item a seguir.

ESTADO E NEOLIBERALISMO NO BRASIL

No Brasil, é no cenário dos anos de 1990, no Governo Collor, é que emergem os sinais das mudanças de implementação do neoliberalismo, como um aceno ao Consenso de Washington. Nesse sentido, as mudanças econômicas e sociais que ocorridas no país neste contexto, se dão essencialmente pela globalização e o neoliberalismo, que terá rebatimento direto formas de organização do Estado, assim como na organização das relações de trabalho.

As transformações societárias ocorridas no país a partir da reestruturação capitalista, foram muito distantes das implementadas no chamado capitalismo central. No entanto, buscou-se rapidamente estruturas as bases econômicas e políticas para a implementação de medidas neoliberais.

A internalização das grandes corporações transnacionais no espaço socioeconômico brasileiro; as reestruturações dos conglomerados nacionais; o intercâmbio econômico e científico tecnológico com o mundo “globalizado”; as diferenciações na polarizada estrutura de classes; uma indústria cultural muito bem estruturada e monopolizada, dotada de uma mídia eletrônica com cobertura (espacial e social) inclusiva – tudo isso põe a sociedade brasileira num patamar “tardo-burguês” (NETTO, 1996).

Aqui, a constituição da ordem tardo-burguesa não se apresenta nem se apresentará, tal como nas sociedades cêtricas em que se desenvolve primariamente –

sua configuração se estrutura sem que haja a evicção do “atraso” e do “tradicional”; estrutura-se como ordem tardo-burguesa periférica. (NETTO, 1996, p. 105).

A história do desenvolvimento econômico do Brasil, deixou sequelas graves, como a desigualdade social, tal fato se deu principalmente através da significativa concentração de renda, processo este que só se acentuou ao longo dos anos, de modo que a introdução do ideário neoliberal produziu aceleração tal desigualdade a níveis quase intransponíveis.

Entre as características principais do ideário neoliberal, é que o Estado passa a dicotomizar a forma de intervenção das políticas sociais, que, dessa maneira, permeada por seu caráter liberal residual, e “a questão da garantia dos direitos” passa a ser pensada com base essencialmente nos direitos civis e políticos, deixando os sociais para a caridade da sociedade e para a ação focalizada do Estado” (COUTO, 2006, p. 70).

Esse paradigma sustenta o retorno da sociedade civil no que se remete aos direitos, assegurando a área do direito individual. No que tange os direitos sociais, retoma a lógica de mercado e da filantropia, ou seja, “se o indivíduo tem dinheiro, deverá comprá-los no mercado, transitando, assim, da ótica do direito para a mercadoria” (ibidem, p. 72). Assim, caso a população não possua condições de comprá-los, deverá ficar a mercê da benevolência dos membros da sociedade, que nesse caso irá retomar o papel de responsável por essas demandas sociais.

Nesta lógica, o Estado somente deve intervir na garantia de um mínimo a população, somente para aliviar a pobreza. Consequentemente, instaura-se o agravamento da crise social, com altas taxas de desemprego estrutural, reforçadas pelo avanço tecnológico, configurando-se uma das mais graves expressões da questão social na contemporaneidade.

Laurell (1998), ao analisar a crise do Welfare State na América Lática, indica que, a introdução do ideário neoliberal, se deu, por um lado, por um efeito combinado de ajuste fiscal, cortes salariais e desemprego e, por outro lado, por decadência/desmantelamento das instituições sociais. As novas concepções de políticas sociais definem necessidades sociais ancoradas na família e no mercado e remetem a proteção a uma condição de responsabilidade individual. Tais efeitos foram significativamente observados na realidade brasileira.

Deste modo, os impactos das políticas neoliberais se deram de maneira mais intensa no âmbito do trabalho, em função do desemprego e da precarização das condições de trabalho, gerando um processo de exclusão cada vez maior, pois a proletarianização transforma o salário como a única fonte de sobrevivência. Assim, modo, o direito de cidadania que foi construído debilmente nos países da América Latina foi trocado por “atestados de pobreza”, que viabilizam o acesso a esses serviços realizados de maneira precária.

Além disso, foram introduzidos mecanismos que interromperam o processo de construção de uma seguridade social mais ampla e generosa, baseada nos direitos de cidadania e no dever do Estado, e que incorporava três áreas sociais da maior relevância: saúde, previdência e assistência (COUTO, 2006, p. 34). Na verdade, o grande beneficiário da política neoliberal é a Burguesia Brasileira, sendo clara a priorização do governo em proteger o capital, à custa da exploração do trabalhador e da redução de direitos sociais, mesmo que isso gere cada vez mais um quadro de pauperismo no Brasil.

O NEOLIBERALISMO NAS POLÍTICAS SOCIAIS: O PROTAGONISMO DA SOCIEDADE CIVIL

Para Soares (2009) o desenvolvimento das políticas sociais, neste período, era representado por programas de caráter emergencial, focalizados, contando com a solidariedade comunitária, tendo como resultado políticas insuficientes e ineficientes.

Segundo Draibe (1993) houve o desenvolvimento de uma política residual que solucionava apenas o que não podia ser enfrentado pela via do mercado, da comunidade e da família. O carro chefe dessa proposição é a renda mínima, combinada a solidariedade por meio das organizações na sociedade civil, por meio da terceirização de serviços.

Os anos 1990 foram marcados por transformações econômicas e políticas que alteram as formas de organização da reprodução social dos trabalhadores e suas famílias.

O início da década de 1990, o Brasil passou a seguir o receituário neoliberal, promovendo a inserção da economia numa ordem globalizada, a privatização do Estado, a redução dos gastos sociais, desenvolvendo, em suma, políticas econômicas com impactos negativos sobre as condições estruturais da produção e do mercado de trabalho (SALES; MATOS; LEAL, 2004, p.67).

As consequências negativas das políticas neoliberais para a sociedade brasileira implicaram em propostas de ações entre as organizações da sociedade civil e as organizações de mercado. Então:

O recuo das políticas públicas e a admissão de esgotamento dos Estados nacionais em sua missão de mediar, pelo exercício da política, as crescentes tensões sociais fruto dos efeitos negativos do capitalismo global, levaram as grandes corporações – por sua vez – a descobrirem um novo espaço que está rendendo altos dividendos de imagem pública e social: o desejo dos governos de empurrar para o âmbito privado as responsabilidades e os destinos da desigualdade (DUPAS, 2003, p. 75).

Assim, neste período constata-se no Brasil o crescimento da atuação social de empresas e da formação de alianças entre elas e organizações da sociedade civil. A visibilidade propiciada pela mídia e a atuação de entidades que disseminam o conceito da responsabilidade Social tem estimulado essa tendência, que parece orientar-se no sentido de fortalecer a participação da sociedade civil organizada.

De acordo com Fisher (2005), aliado a introdução neoliberal no Brasil, este processo de desresponsabilização do Estado e responsabilização da sociedade civil, é fortalecido pelo contexto político brasileiro dos anos 1990, sendo um dos fatores determinantes do surgimento de um ambiente favorável a essa aproximação entre organizações de diferentes setores. A redemocratização do país foi consolidada, ampliando os espaços sociais para o exercício da cidadania e para formas organizadas de participação. A Constituição de 1988 ampliou os direitos civis das pessoas e o fortalecimento dos princípios democráticos de convivência social. A proposição de descentralização administrativa do Estado, ainda que desacelerada pelas dificuldades em implementar as reformas tributárias, sinalizou para a emancipação das comunidades locais, embora seja necessário reconhecer o longo caminho a ser percorrido para que se efetive esse processo de aperfeiçoamento da gestão pública.

Apesar, desta reestruturação democrática do país, o neoliberalismo aproveitou-se deste terreno fértil e utilizou os mecanismos de descentralização para a desresponsabilização do Estado e no processo de privatizações e terceirizações de serviços.

O contexto em que surgiu a Constituição Federal de 1988 foi o mesmo da adoção do receituário neoliberal que levou ao esquecimento as lutas por direitos sociais e políticos e conquista de políticas sociais continuadas e não paliativas e clientelistas. Segundo Dagnino (2004) com o neoliberalismo se instala adoção do individualismo, consumismo, solidarismo, alienação, corte com gastos sociais e transferência de responsabilidades do estado para a sociedade civil e família, dificultando assim o desenvolvimento da democracia e das políticas sociais, tudo isso sob diversos “disfarces”, impedindo que a população perceba as influencias do neoliberalismo.

É justamente nesse cenário de desresponsabilização do Estado, frente às políticas públicas sociais, que se abre espaço para o surgimento e ascensão de novos atores no cenário social e político da sociedade brasileira, o setor privado.

Segundo Laurrel (1996) a política de contratação de organizações do terceiro setor para executar serviços públicos, faz parte desta reforma do estado, a partir do neoliberalismo, implantando-se um modelo de gestão terceirizada de serviços como estratégia da redução de gastos com políticas públicas.

Assim, o Estado neoliberal, ao se retirar do campo de discussão para constituição de serviços sociais de qualidade para uma população necessitada, desloca este debate por melhores políticas públicas à esfera privada, está valorizando excessivamente o mercado na condução, formulação e execução de políticas sociais, cujo setor, na maioria dos casos, não intervém socialmente conforme a esfera pública estatal, que deve preocupar-se com o benefício da coletividade.

Dessa forma, a perspectiva universal dada às políticas sociais como responsabilidade estatal não se concretiza, muito menos ao se transferir recursos públicos às organizações sociais que não se responsabilizam por esta tarefa.

O neoliberalismo com sua racionalidade privada ao reduzir as ações sociais estatais, levando a participação de outros atores para a execução dos serviços sociais, como o terceiro setor, acaba por diminuir o conceito de política social, porque os usuários dos serviços privados estão, na maioria das vezes, exonerados do diálogo, de formas de reivindicação, submetendo-se a concordar com o modelo estabelecido pela lógica neoliberal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos este artigo com a finalidade de oferecer subsídios que possam contribuir para o forte debate que hoje atravessa as políticas sociais frente à atual conjuntura brasileira. O movimento de globalização da economia demanda reformas na esfera do Estado, expressas através do processo de privatizações, mudanças no mundo do trabalho e na redução das políticas sociais – materializada através do conjunto de reformas apresentadas pelo Governo Temer. Deste modo, faz-se necessário compreender a gênese do neoliberalismo no Brasil, e as facetas com as quais assumiu o discurso de implementação de política social.

O objetivo da discussão deste trabalho não está em analisar o cenário contemporâneo, no entanto, as discussões aqui apresentadas auxiliam de maneira significativa a perceber o direcionamento econômico e social que o país tomou nos últimos anos.

Os anos de 1990, deixam claro as marcas e sequelas de uma história de contradições e desigualdades, objetivada em um frágil sistema de proteção social.

Nesses termos, é preciso superar a visão ingênua de que, no capitalismo as políticas sociais emergem como um instrumento de enfrentamento e redução das desigualdades sociais. O desafio colocado na atualidade é de resgatar o sentido emancipatório das políticas sociais e situá-las sob um patamar de direito social e de cidadania, garantido via Constituição Federal de 1988 e ainda não efetivado no âmbito do Estado brasileiro.

Compreender o desenho institucional das políticas sociais sob o ideário neoliberal se coloca como essencial para se pensar garantia de direitos em tempos de retrocessos.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (orgs). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BEHRING,E; BOSCHETTI, I . **Política Social**. Fundamentos e Historia. 2. ed, São Paulo: Cortez, 2007.

COUTO, B R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

DAGNINO, E. “¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?” En Daniel Mato (coord.), **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**.Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, p. 95-110, 2004.

DRAIBE, S.M. **As políticas sociais e o neoliberalismo**. Revista USP, n. 17. São Paulo: Ed. da USP, 1993.

DUPAS, G. **Tensões Contemporâneas entre o Público e o Privado**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

ENCYCLOPEDIA. **Milton Friedman**. Disponível em:<
http://www.encyclopedia.com/topic/Milton_Friedman.aspx> Acesso em: 09/07/2011.

FISCHER, R, M. **Estado, Mercado e Terceiro Setor**: uma análise conceitual das parcerias intersetoriais. In *R. Adm.*, São Paulo, v.40, n.1, jan./fev./mar. 2005, p. 5-18.

LAURELL, A C. **Estado e políticas sociais no neoliberalismo** – 3ª edição - São Paulo: Cortez, 2002.

_____. La logica de La privatizacion em salud. In: EIBENSCHUTZ, Catalina (Org) **Política de Saúde**: o público e o privado. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.

MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

NAVARRO, V. **Neoliberalismo y estado Del bienestar**. 2. Ed. Barcelona; Ariel, 1998.

NETTO, J P. **Transformações societárias e Serviço Social-notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil**. In: *Serviço Social e Sociedade*, nº 50, ano XVIII, abril 1996.

SALES, M A; MATOS, M , LEAL, M C (Organizadores). **Política Social, família e juventude: uma questão de direitos** – SP: Cortez, 2004.

SOARES, L T. **O desastre social**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. **Os Custos Sociais do Ajuste Neoliberal na América Latina**. 3 ed. São Paulo: Cortez: 2009.